

Apresentação

É com grande honra que a Procuradoria Geral do Estado publica o volume 71 de sua Revista, em um ano marcado por diversas transformações jurídicas, voltadas a lidar com o ambiente de crise econômica vivido em nosso país. Temas candentes, como a reforma trabalhista e as inovações do direito público em tempos de restrição econômica, foram debatidos em nossa Casa. Recebemos nesse período os Ministros do STF Luiz Fux e Alexandre de Moraes, além dos ex-Ministros da Corte Ellen Gracie e Francisco Rezek. Professores renomados debateram conosco temas de imensa utilidade prática, dentre os quais Carlos Ari Sundfeld, Mauro Osório, Gustavo Bichara, Ingo Sarlet, Christian Starck, Remco Van Rhee e Jack Garvey.

Este volume 71, fruto desse amplo intercâmbio de ideias, traz artigos de autores que engrandecem a cultura jurídica nacional: Aline Paola Camara de Almeida, “Sistema de Registro de Preços no Estado do Rio de Janeiro”; Ana Carolina Migueis, “Desapropriações e Remoções na Implantação de Projetos de Infraestrutura: entre avanços e oportunidades perdidas”; Bruno Terra de Moraes, “O Papel da Autonomia Privada nas Internações Não Consensuais de Dependentes Químicos”, Christiano Taveira, “Democracia e Pluralismo na Esfera Comunicativa: Redefinindo o Papel do Estado na Garantia de Liberdade de Expressão”; Elias Gazal, “O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas do Novo Código de Processo Civil de 2015”; Guilherme Jales Sokal, “Três Problemas do Processo Objetivo”, Guilherme Salgueiro, “Honorários sucumbenciais no novo CPC de 2015 e a Fazenda Pública: o importante papel do advogado público no exercício do controle interno da administração”; Leonardo Barifouse, “Integração e Fragmentação no Cadastro Ambiental Rural (CAR)”; Luís Roberto Barroso, “A Revolução do Novo – A Transformação do Mundo: Política, Economia, e Valores Éticos no Início do Novo Milênio” e “Ética e Jeitinho Brasileiro: Por que a gente é assim?”; Maurine Morgan P. Feitosa, “A Veiculação da Publicidade e o Conflito de Competência entre o ISS e o ICMS”; Ricardo Pereira Lira, “A *ocasio legis* do Código de 1916 e a *ocasio legis* do código civil de 2002” e Victor Aguiar de Carvalho, “Restrições à Concorrência em Contratações Públicas: uma preocupação pública”.

Motivo de alegria para a Casa, este volume inaugura uma seção especial reservada aos Residentes Jurídicos, que passam a poder submeter seus textos à rigorosa seleção do Conselho Editorial da Revista. Neste volume, a seção é composta pelo artigo “Imparcialidade na Arbitragem”, de Tamar Cavalieri e “A Regra da Proporcionalidade Aplicada à Propriedade Intelectual: uma ponderação de interesses fundamentais”, de Gustavo Muniz da Silva.

Registre-se, a propósito, que, no ano de 2017 a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a UERJ, voltou a oferecer o curso de pós graduação lato sensu em Direito Público e Advocacia Pública, que contou com aula inaugural do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso. Ainda no campo das realizações de caráter acadêmico, visando aproximar o cidadão fluminense da sede da Procuradoria Geral do Estado, o uso do espaço e acervo de nossas Bibliotecas foi aberto ao público externo, bastando que o interessado apresente documento oficial ao ingressar na Casa.

O ano da publicação deste volume contou com muitos avanços, mas também com perdas dolorosas para nós com o falecimento de Diogo de Figueiredo Moreira Neto e José Carlos Barbosa Moreira. Fica o registro de que estes e outros grandes nomes da Procuradoria estarão sempre nos servindo de fonte de inspiração acadêmica e atuação profissional. Ao leitor, deixo a certeza de que a Procuradoria Geral do Estado está empreendendo esforços para tornar a casa ainda mais eficiente, atualizada, democrática e comprometida com o espírito público que sempre nos acompanhou.

LEONARDO ESPÍNDOLA

Procurador -Geral do Estado do Rio de Janeiro